

The freedom to choose: Theory and quasi-experimental evidence on cash transfer restrictions

Jade Siu¹, Olivier Sterck², and Cory Rodgers¹

Abstract

Should cash transfer programmes restrict consumer choice? For example, should food assistance delivered in cash be restricted to food and exclude temptation goods? Theoretically, restrictions induce (1) a substitution effect away from restricted goods and (2) a negative wealth effect if transfers are extra-marginal and the resale of goods is costly. The welfare impact on transfer recipients is negative. The authors test these predictions by exploiting a natural experiment in a refugee settlement in Kenya, where some refugees receive monthly cash transfers restricted to food while others receive unrestricted transfers. In line with theory, they find that restricted transfers increase participation in a shadow resale market and negatively affect non-food expenditure, temptation-goods spending, and subjective well-being. Consistent with theory, restrictions have no significant effect on food consumption. Their results show that policy-makers should avoid restrictions to maximise positive impacts on transfer beneficiaries, especially when extreme poverty implies that transfers are extra-marginal.

Introdução

Existe um dilema importante para a formulação de políticas de transferência de renda em contextos de pobreza extrema: as restrições em programas de transferência de dinheiro realmente beneficiam os destinatários? Esse tema é especialmente relevante em situações onde beneficiários enfrentam limitações severas para atender suas necessidades básicas, como é o caso em assentamentos de refugiados, no contexto em questão, no Quênia. No contexto do experimento, alguns refugiados recebiam transferências de renda restritas a alimentos essenciais, enquanto outros tinham liberdade para gastar o dinheiro como quisessem. Essa configuração permitiu uma comparação direta dos efeitos das duas modalidades, oferecendo um quasi-experimento para analisar a eficácia das restrições para alcançar objetivos de segurança alimentar e bem-estar.

O estudo baseia-se na premissa de que as transferências irrestritas permitem aos beneficiários maior autonomia para decidir sobre o uso dos recursos, potencialmente maximizando seu bem-estar. Em contraste, as transferências restritas podem limitar a capacidade dos beneficiários de alocar os fundos de acordo com suas necessidades e preferências, podendo até gerar um mercado paralelo de revenda de bens restritos para adquirir outros itens. A pesquisa vai além da teoria, fornecendo dados empíricos para testar essas hipóteses, uma vez que a maioria dos estudos anteriores se concentra em análises teóricas ou em contextos onde as restrições não têm um impacto direto sobre o comportamento dos beneficiários.

Através desse experimento natural em Kalobeyei, os autores analisam os efeitos das restrições em variáveis como segurança alimentar, gastos com bens não alimentares e bem-estar subjetivo. Este estudo traz uma contribuição significativa para a literatura sobre assistência social e transferência de renda, ao questionar se as restrições realmente servem o propósito de melhorar as condições de

vida dos beneficiários ou se a liberdade de escolha seria mais benéfica.

Modelo

No modelo teórico proposto, os autores analisam como as restrições em transferências de dinheiro impactam o bem-estar dos beneficiários, baseando-se no conceito econômico de transferências extra-marginais. Essas transferências são caracterizadas por um valor que excede a quantidade que o beneficiário idealmente gastaria em um bem específico, como alimentos. Quando os beneficiários recebem uma quantia que ultrapassa o necessário para satisfazer essa necessidade específica, as restrições na forma de uso do recurso tornam-se mais impactantes, pois reduzem a flexibilidade de consumo e podem gerar perdas de bem-estar.

O modelo considera dois principais efeitos das restrições: o efeito de substituição e o efeito de perda de riqueza. O efeito de substituição ocorre quando os beneficiários, devido às restrições, são obrigados a desviar recursos para bens que não atendem plenamente suas necessidades ou preferências. Por exemplo, uma transferência restrita a alimentos força os beneficiários a concentrar gastos apenas nesse tipo de item, mesmo que possuam outras prioridades de consumo. Já o efeito de perda de riqueza surge devido à criação de mercados paralelos onde os beneficiários revendem itens comprados com transferências restritas para obter dinheiro. Nessas revendas, os itens geralmente são vendidos com desconto, resultando em uma perda significativa de valor para o beneficiário.

Para ilustrar esses efeitos, o modelo utiliza uma função de utilidade onde os beneficiários maximizam seu bem-estar com base em uma cesta de consumo composta por bens restritos e não restritos. Em um cenário sem restrições,

¹University of Oxford, Department of International Development

²University of Antwerp, Institute of Development Policy

os beneficiários podem alocar a transferência livremente, maximizando a utilidade de acordo com suas preferências individuais. Contudo, quando as transferências são restritas, os beneficiários enfrentam limitações na escolha dos bens que podem consumir, o que, conforme o modelo, leva a uma perda de bem-estar.

O modelo irrestrito apresentado considera uma economia local composta por n famílias que se dividem em dois grupos: n_a famílias que recebem assistência financeira por meio de um programa de transferência de renda, e n_e famílias empregadas que obtêm sua renda exclusivamente por meio do salário w . As famílias têm como objetivo maximizar sua utilidade usando uma função do tipo Cobb-Douglas, que reflete a alocação de seus recursos entre dois bens, A e B . A função de utilidade é dada por $u = \log(c_{iA}) + \gamma \log(c_{iB})$, onde c_{iA} e c_{iB} representam o consumo dos bens A e B , respectivamente, para cada família i . O parâmetro γ captura a preferência relativa pelo bem B .

As famílias estão sujeitas a uma restrição orçamentária, que impõe que sua renda y deve ser suficiente para cobrir o custo dos bens adquiridos, isto é, $y \geq c_{iA}p_A + c_{iB}p_B$, onde p_A e p_B são os preços dos bens A e B . A solução para a maximização da utilidade, dado o orçamento, resulta em níveis de consumo de equilíbrio para cada bem: $c_{iA} = \frac{y}{p_A(1+\gamma)}$ e $c_{iB} = \frac{\gamma y}{p_B(1+\gamma)}$.

No contexto das transferências restritas, devido à restrição de que a transferência deve ser usada apenas para a compra do bem A , surge um mercado secundário para contornar essa limitação. As famílias assistidas compram o bem A utilizando o valor da transferência t , mas revendem parte dessa quantidade, s_A^a , a um preço menor q_A . Com o dinheiro obtido na revenda, elas conseguem adquirir o bem B no mercado de varejo.

A maximização da utilidade das famílias assistidas nesse cenário é novamente modelada por uma função Cobb-Douglas, dada por $u = \log(c_A^a) + \gamma \log(c_B^a)$, onde c_A^a e c_B^a são os consumos finais dos bens A e B . A restrição orçamentária agora é baseada no valor da transferência após a revenda, ou seja, $t \geq c_A^a p_A + c_B^a p_B$. A solução de equilíbrio para o consumo após a revenda é dada por $c_A^a = \frac{t}{p_A(1+\gamma)}$ e $c_B^a = \frac{q_A \gamma t}{p_A p_B (1+\gamma)}$.

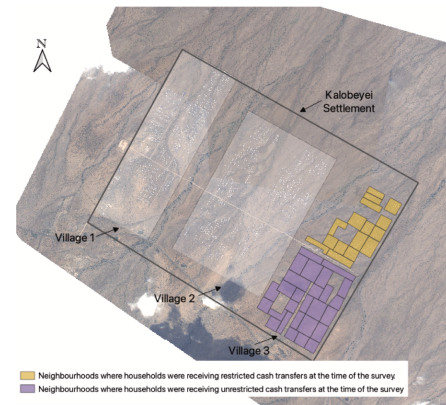
O preço de revenda q_A é determinado pelo equilíbrio entre a demanda das famílias empregadas e a oferta gerada pelas famílias assistidas. A equação que determina esse preço é $q_A = \frac{n_e w p_A}{n_a t \gamma}$, refletindo o impacto da proporção entre o número de famílias empregadas e assistidas, bem como o nível de salários e o valor da transferência. Esse mecanismo de revenda permite que as famílias assistidas ajustem sua alocação de consumo para maximizar sua utilidade, mesmo diante da restrição imposta pelo programa de assistência.

Esse modelo contribui para a discussão sobre a efetividade das restrições em transferências monetárias e embasa a hipótese central de que as restrições em contextos de extrema pobreza limitam o bem-estar e promovem ineficiências econômicas que poderiam ser evitadas com transferências sem restrições.

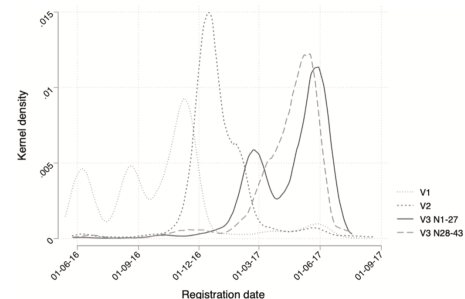
Experimento

No estudo, há um experimento natural no assentamento de refugiados Kalobeyei, no Quênia, que fornece a

base empírica para testar o impacto das restrições em transferências de dinheiro. Kalobeyei é um assentamento que abriga cerca de 36 mil refugiados, principalmente do Sudão do Sul, e representa um cenário de extrema pobreza e alta dependência de ajuda humanitária. Desde 2016, os refugiados em Kalobeyei recebiam uma transferência mensal de 14 dólares restrita a alimentos, destinada a cobrir necessidades básicas de calorias. Em 2019, uma mudança na política permitiu que 1050 famílias passassem a receber transferências irrestritas, enquanto outras 7000 famílias continuaram com a versão restrita. Esta divisão geográfica gerou um ambiente ideal para observar os efeitos das restrições, comparando o grupo de tratamento (recebedores de transferências irrestritas) ao grupo de controle (recebedores de transferências restritas).



A alocação das famílias entre as áreas do assentamento foi praticamente aleatória, determinada pelas datas de chegada ao assentamento e pelas condições de espaço disponível. Esse aspecto confere validade ao experimento natural, uma vez que os grupos de tratamento e controle apresentavam características similares antes da mudança de política. Para avaliar os resultados, os autores coletaram dados de 1529 adultos em 896 domicílios, abrangendo tanto o grupo de controle quanto o grupo de tratamento. As variáveis analisadas incluíam consumo de alimentos, gastos com itens não alimentares, bem-estar subjetivo e a participação em mercados paralelos de revenda de alimentos.



Além do levantamento quantitativo, os pesquisadores também conduziram entrevistas etnográficas para entender as estratégias de consumo e o contexto econômico de Kalobeyei. Observou-se que, entre os beneficiários de transferências restritas, havia uma prática generalizada de revenda de alimentos no mercado paralelo. Esse mercado surgiu como uma resposta à necessidade dos refugiados de

adquirir bens que não estavam incluídos na restrição, como produtos de higiene pessoal ou itens considerados “bens de tentação” (tabaco, refrigerantes e refeições fora de casa). No entanto, esses alimentos eram revendidos com um desconto significativo em relação ao preço de compra, resultando em perdas financeiras de até 38% para os beneficiários.

Os autores usaram a descontinuidade para explorar a divisão geográfica entre áreas com transferências restritas e irrestritas. Isso permitiu observar mudanças nas variáveis de interesse de maneira mais precisa, além de fornecer evidências adicionais sobre o impacto direto das restrições.

O estudo encontrou que as famílias com transferências irrestritas apresentavam maior diversidade de consumo e reportavam níveis mais elevados de bem-estar subjetivo, enquanto as famílias com transferências restritas tinham menos gastos com itens não alimentares e eram mais dependentes do mercado paralelo. Esses achados ilustram como restrições em transferências de renda podem limitar o impacto dos programas de assistência, especialmente em contextos de pobreza extrema, onde a flexibilidade para atender diversas necessidades é crucial para o bem-estar dos beneficiários.

Principais Resultados

Os resultados revelam importantes diferenças entre os beneficiários de transferências restritas e irrestritas em Kalobeyei, com implicações significativas para a formulação de políticas de assistência em contextos de extrema pobreza. Os achados principais concentram-se nos efeitos das restrições sobre o consumo, o bem-estar subjetivo e a dinâmica do mercado paralelo. No geral, o estudo mostra que as restrições nas transferências de dinheiro geram perdas de bem-estar e incentivam a criação de um mercado paralelo, onde os refugiados revendem itens de menor valor para obter dinheiro para outros bens essenciais.

Um dos resultados centrais do estudo é a confirmação de que as transferências irrestritas ampliam o leque de consumo dos beneficiários, permitindo-lhes atender a uma variedade maior de necessidades. As famílias que receberam transferências irrestritas mostraram maior gasto com itens não alimentares, incluindo produtos de higiene, roupas e até itens de “tentação”, como bebidas e refeições fora de casa. Esse aumento na diversidade de consumo sugere que as transferências irrestritas dão aos beneficiários a capacidade de alocar recursos de maneira mais alinhada com suas necessidades e preferências, aumentando o bem-estar geral.

Em contrapartida, os beneficiários de transferências restritas foram forçados a recorrer ao mercado paralelo para obter dinheiro para itens não cobertos pela assistência, como produtos de higiene e combustível. No mercado paralelo, alimentos comprados com transferências restritas são vendidos a preços significativamente mais baixos, resultando em perdas de valor que, segundo o estudo, chegam a até 38% do valor original de compra. Essas perdas representam um impacto financeiro considerável, especialmente em um contexto onde os refugiados dependem inteiramente da assistência para sobreviver. O estudo observa que a prática de revenda era difundida: 70% dos beneficiários de transferências restritas revenderam alimentos no mercado

paralelo no último mês, enquanto 78% recorreram a trocas para obter outros itens essenciais.

Em termos de segurança alimentar, as transferências irrestritas não apresentaram um efeito negativo sobre o consumo de alimentos. A pesquisa revelou que, ao contrário do objetivo das restrições de garantir maior segurança alimentar, as transferências restritas não resultaram em um aumento significativo na quantidade ou diversidade de alimentos consumidos. Isso sugere que, ao contrário do esperado, restringir as transferências não melhora a segurança alimentar e ainda pode prejudicar o acesso a outros bens essenciais.

Outro achado importante do estudo é o impacto positivo das transferências irrestritas sobre o bem-estar subjetivo dos beneficiários. As famílias que recebiam transferências irrestritas relataram maiores níveis de satisfação com a vida, um indicador relevante de bem-estar em contextos de adversidade. Esse aumento na satisfação está associado à maior autonomia para gerenciar os recursos de acordo com suas necessidades, um fator crítico para o bem-estar psicológico dos beneficiários.

Os autores também exploraram o efeito das transferências irrestritas em relação ao endividamento dos refugiados. Em um contexto onde cerca de 89% das famílias acumulam dívidas com comerciantes locais, a flexibilidade das transferências irrestritas ajuda a aliviar essa pressão. As famílias sem restrições puderam utilizar os recursos para cobrir despesas urgentes e reduzir a dependência de crédito local, o que também contribui para o bem-estar geral. Essa redução na necessidade de endividamento, associada à maior liberdade de escolha, destaca como as transferências irrestritas podem ser mais eficazes para beneficiar populações altamente vulneráveis.

Em resumo, os resultados mostram que as transferências irrestritas superam as restritas em termos de bem-estar e autonomia dos beneficiários, sem comprometer a segurança alimentar. Esses achados sugerem que a liberdade de escolha nas transferências pode ser um elemento-chave para maximizar o impacto positivo de programas de assistência em contextos de extrema pobreza.

Conclusão

A ideia de que programas de transferência de renda com restrições podem não alcançar o impacto desejado em contextos de extrema pobreza e dependência de assistência não é corroborada nos resultados. A pesquisa em Kalobeyei demonstra que as transferências irrestritas beneficiam mais os refugiados ao permitir que eles alocassem os recursos de acordo com suas necessidades e preferências individuais, o que resultou em maior diversidade de consumo e níveis mais elevados de bem-estar subjetivo. Em contraste, as transferências restritas criaram um mercado paralelo ineficiente, onde os beneficiários revenderam alimentos a preços reduzidos para obter dinheiro, resultando em perdas econômicas significativas.

Um dos principais argumentos apresentados pelos autores é que, em situações de pobreza extrema, os indivíduos são os melhores juízes de suas próprias necessidades. A liberdade de escolha nas transferências dá aos beneficiários a capacidade de maximizar o valor da assistência, atendendo

uma variedade maior de necessidades que vão além dos alimentos. Além disso, o estudo destaca a importância de considerar o endividamento dos beneficiários. Em Kalobeyei, a maioria dos refugiados acumulava dívidas com comerciantes locais, e as transferências irrestritas ajudaram a reduzir essa dependência, promovendo maior estabilidade financeira e autonomia.

Para políticas de assistência, esses achados sugerem que restrições podem, de fato, limitar a efetividade dos programas de transferência de renda em populações vulneráveis. Em vez disso, ao proporcionar flexibilidade nas transferências, as políticas podem facilitar uma alocação mais eficiente dos recursos, promovendo o bem-estar e reduzindo as ineficiências associadas aos mercados paralelos.

Em suma, o estudo oferece evidências robustas de que a liberdade de escolha em programas de transferência de renda é crucial para maximizar os benefícios aos destinatários, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade. Esses resultados incentivam uma reflexão sobre o papel das restrições nas políticas de transferência de renda, ressaltando a importância de um desenho de programa que priorize a autonomia dos beneficiários.

References

- Siu, Jade, Sterck, Olivier, and Rodgers, Cory. (2023) *The Freedom to Choose: Theory and Quasi-Experimental Evidence on Cash Transfer Restrictions*. Journal of Development Economics.
- Aker, Jenny C. (2017) *Comparing Cash and Voucher Transfers in a Humanitarian Context: Evidence from the Democratic Republic of Congo*. World Bank Economic Review.
- Hidrobo, Melissa, Hoddinott, John, Peterman, Amber, Margolies, Amy, and Moreira, Valerie. (2014) *Cash, Food, or Vouchers? Evidence from a Randomized Experiment in Northern Ecuador*. Journal of Development Economics.
- Hoynes, Hilary W., and Schanzenbach, Diane Whitmore. (2009) *Consumption Responses to In-Kind Transfers: Evidence from the Introduction of the Food Stamp Program*. American Economic Journal: Applied Economics.
- Southworth, Herman M. (1945) *The Economics of Public Measures to Subsidize Food Consumption*. Journal of Farm Economics.